

**O SUSPIRO DE LUÍS CARDOSO EM *RÉQUIEM PARA O NAVEGADOR SOLITÁRIO*:  
A SEMI-PRESENÇA E A SEMI-AUSÊNCIA DE CATARINA EM SEU EXÍLIO**  
*THE SIGH OF LUÍS CARDOSO IN "RÉQUIEM PARA O NAVEGADOR SOLITÁRIO": THE  
SEMI-PRESENCE AND SEMI-ABSENCE OF CATARINA IN HIS EXILE*

Daniel Conte<sup>1</sup>

Jéssica Schmitz<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo ocupa-se da análise crítica de *Réquiem para o Navegador Solitário* (2013) de Luís Cardoso. Na obra, o autor constrói a representação dos deslocamentos subjetivos dos personagens que se movimentaram à ocupação do território timorense no século XX, em que pese a complexidade de seu imaginário político-colonial. Esquecida pela metrópole, a ilha do Timor ressurgiu na obra de Cardoso como um corpo ultrajado por meio de uma mistura sutil entre os discursos ficcional e histórico. Sua representação aproxima-se do isolamento e do desamparo de Catarina, a personagem principal. A partir de uma pesquisa básica bibliográfica, busca-se evidenciar o sofrimento de Catarina que, abandonada pela família, pelo noivo e pela própria condição histórica, tem seu corpo violentado, sua memória rasurada e seus estados moral e físico relegados ao esquecimento. Catarina personifica a violação da ilha, representando a dor do sujeito exilado, a sua semi-presença e a sua semi-ausência. Seus silêncios refletem as histórias não contadas dos sujeitos comuns por meio das quais resgata-se as narrativas não oficiais do território. Os silêncios de Catarina também foram projetados sobre a ilha e serviram como uma ponte para suportar a condição de desamparo nas sem-fronteiras do mar de seu não-lugar.

**Palavras-chave:** Luís Cardoso. Exílio. Identidade. Literatura Timorense.

**Abstract:** This article deals with the critical analysis of "Requiem for the Solitary Navigator" by Luís Cardoso. In the work, the author constructs the representation of the subjective displacements of characters who moved through the occupation of Timorese territory in the 20th century, despite the complexity of its political-colonial imaginary. Forgotten by the metropolis, the island of Timor reemerges in Cardoso's work as a violated body through a subtle blend of fictional and historical discourses. Its representation approaches the isolation and helplessness of Catarina, the main character. Through basic bibliographic research, the aim is to highlight Catarina's suffering. Abandoned by family, fiancé, and her own historical condition, she experiences violation of her body, erasure of her memory, and relegation of her moral and physical states to oblivion. Catarina personifies the violation of the island, representing the pain of the exiled subject, their semi-presence, and semi-absence. Her silences reflect the untold stories of common subjects, through which the unofficial narratives of the territory are rescued. Catarina's silences are also cast upon the island, serving as a bridge to endure the condition of helplessness in the borderless sea of her non-place.

**Keywords:** Luís Cardoso. Exile. Identity. Timorese literature.

### À guisa de introdução

As constantes travessias colocadas em curso ao longo da história foram, muitas vezes, sinônimo de um obscuro devaneio na busca pelo desconhecido. Essas travessias, por vezes impostas, em outras necessárias, tornaram-se responsáveis por revoluções, massacres e sofrimentos. Por volta de 1512, as primeiras embarcações portuguesas cruzaram os espaços da

---

<sup>1</sup> Doutor em Literatura Brasileira, Portuguesa e Luso-africana, Professor e Coordenador do Programa de Pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais (U.Feevale); desenvolve o projeto "Representação, memória e ordem econômica nas literaturas em língua portuguesa" com o apoio do CNPq no Laboratório de linguagens e tecnologias, Universidade Feevale.

<sup>2</sup> Doutora em Letras pela UFRGS. Realiza estágio pós-doutoral no projeto de pesquisa "Representação, memória e ordem econômica nas literaturas em língua portuguesa", vinculado ao programa de pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais, pela Universidade Feevale.

remota ilha de Timor, atraídas, principalmente, pelo sândalo, mas com vistas à instalação de suas missões religiosas. A travessia colocada em curso, nesse caso, refletia-se na busca incessante por novos territórios e poder.

A chegada à ilha, figurando uma travessia seca e sem grandes perspectivas, transformou aquele espaço em um ponto estratégico de paragem para diferentes embarcações durante a migração. O Timor-Leste, vale destacar, ocupa a parte oriental da ilha de Timor, no Sudeste Asiático, e sua única fronteira terrestre é a Indonésia. Nessa ordem, sem demonstrar grandes interesses políticos pela ilha, os portugueses usaram-na como ponto de refúgio e de trocas comerciais. No curso da história, espaços como o Timor-Leste – lugar distante e, de certa forma, considerado místico – foram sendo estudados e descritos por pesquisadores e viajantes que se lançavam ao chamado “desconhecido”, favorecendo o devaneio permanente dos atores sociais da metrópole. Assim como no continente africano, em que os espaços foram sendo, ao longo do tempo, ocupados, o Oriental Timor passou por processo semelhante. Com suas peculiaridades históricas, contudo.

Percebido pelos operadores da empresa colonial como um lugar inóspito, sem referências, o europeu foi se “aventurando” por essas terras desconhecidas, descrevendo, a seu modo, as impressões acerca daqueles espaços. Como resultado disso, surge uma grande onda de materialidades discursivas que se transformaram em um verdadeiro mar de ideias difusas e equivocadas. O Oriente era uma invenção europeia e fora, desde a Antiguidade, um lugar de episódios romanescos, de seres exóticos, de lembranças e paisagens encantadas, bem como de experiências extraordinárias (SAID, 2013, p. 27). Essa invenção transformou o Oriente em uma espécie de espaço “habitável”, onde a exploração se fazia necessária e se situava na ordem da naturalização de um corpo-terra estendido ao processo espoliativo. Essa ocupação foi consolidada e levou inúmeros escritores e estudiosos a buscar no Oriente recursos para uma ascensão da demagogia ocidental. Como afirmam Mineiro e Conte (2023), sabemos que

as imagens oriundas das narrativas ficcionais que criaram o Oriente, reunindo sempre uma espécie de permanente vulnerabilidade conjugada a uma vocação do corpo-território dado à espoliação, sustentaram não só um constructo discursivo que colocava a Europa como centro irradiador do conhecimento e da civilidade, mas, também, macularam com o véu do eterno estranhamento o imaginário de uma imensidão de sujeitos e de culturas que foram narrados ao longo de séculos de História. Essas narrativas, que se capilarizaram na ossatura social, traziam a representação de povos bárbaros, homens infantilizados e dotados de uma parvoíce natural, bem como a de mulheres vocacionadas ao sexo fácil e ininterrupto, à perversão moral e à animalização doméstica de seus corpos (p.180).

Por meio de discursos escalonados e reducionistas, o lugar do “outro” foi sendo dissolvido no curso da história como o (des)conhecido, intangível e, sobretudo, inferior. Said (2013, p. 27) destaca, nesse sentido:

Os americanos não sentirão exatamente o mesmo sobre o Oriente, que mais provavelmente associarão ao Extremo Oriente (principalmente à China e ao Japão). Ao contrário dos americanos, os franceses e os britânicos – e em menor medida os alemães, os russos, os espanhóis, os portugueses, os italianos e os suíços – tiveram uma longa tradição do que vou chamar de Orientalismo, um modo de abordar o Oriente que tem como fundamento o lugar especial do Oriente na experiência ocidental europeia. O Oriente não é apenas adjacente à Europa; é também o lugar das maiores, mais ricas e mais antigas colônias europeias, a fonte de suas civilizações e línguas, seu rival cultural e uma de suas imagens mais profundas e mais recorrentes do Outro.

O Orientalismo, portanto, longe de ser uma simples ideia ou teoria, torna-se uma “instituição” dinâmica e articulada que faz uso dos recursos exploratórios para, de forma justificada, no ponto de vista ocidental, impor-se sobre o outro. Said (2013, p. 74) afirma, ainda, que,

[...] o orientalismo reforçava o conhecimento indiscutível de que a Europa ou o Ocidente comandava realmente a maior parte da superfície da Terra, e esse conhecimento o reforçava. O período de imenso progresso nas instituições e no conteúdo do Orientalismo coincide exatamente com o período de expansão europeia sem paralelo.

Nesse contexto de expansão, a ilha de Timor passa a ser uma sagaz linha de transposição de soberania. “O oriental é irracional, depravado, infantil, ‘diferente’; o europeu é racional, virtuoso, maduro, ‘normal’” (SAID, 2013, p. 73). Por conta disso, principalmente, a partir da chegada dos portugueses, a ininterrupta movimentação e o desmonte da organização social que ali existia fez com que a ilha se transformasse em um pêndulo cultural e político em que a centralidade da existência humana se esvaiu. A religião católica instaurou-se à força e a língua portuguesa passou a substituir – embora não totalmente – o *tétum*, língua local, o que fez resultar, assim como em outros territórios dominados pela colonização portuguesa, em sujeitos suspensos.

O espaço, isolado, distante e pouco atrativo, foi abandonado ao acaso pelos portugueses que mantinham ali uma espécie de domínio moral. Após quase cinco séculos de ocupação territorial, sua exploração já não era mais lucrativa e o interesse no desenvolvimento econômico era inexistente, transformando-se, por conta disso, em uma terra de ninguém, em que deportados e ex-combatentes eram deixados para viver à própria sorte, ou seja, “um depósito de esquecidos, uma ilha-prisão cercada pelo mar infestado de tubarões e de piratas em busca de pérolas, pedras preciosas e de gatas, donde ninguém podia fugir” (CARDOSO, 2013, contracapa).

Não bastasse a colonização portuguesa causar uma grande ruptura no âmago do espaço asiático, transformando a terra ocupada em um depósito de gente, o pós-independência, que ocorreu em meados de 1975, como reflexo da Revolução dos Cravos em Portugal, trouxe consigo a cruel realidade de um país esquecido no tempo e no espaço. Logo após a conquista da independência, o Timor-Leste foi invadido pela Indonésia, que, por sua vez, instalou um duro regime militar, marcado pela violência. A fome instaurou-se, e a guerra se fez matéria permanente. Milhares de pessoas foram mortas e a terra tornou-se estéril. Divisão, supressão e negação do outro foram ideias impingidas que fizeram do Timor um ponto quase cego no meio de um mar sem fim. Nesse sentido, a ocupação do Timor remete ao que aconteceu com os países africanos, em que a colonização, sob o discurso civilizatório, interrompeu, de forma catastrófica, o curso natural do tempo e da vida.

Por conta disso, ponderando toda a ideação negativa lançada sobre o Oriente,

dizer simplesmente que o Orientalismo foi uma racionalização do regime colonial é ignorar até que ponto o regime colonial foi justificado de antemão pelo Orientalismo. Os homens sempre dividiram o mundo em regiões que possuem diferenças reais ou imaginadas entre si (SAID, 2013, p. 72).

As diferenças imaginadas estabelecidas, assim como a divisão sistêmica colocada em curso por uma cultura dita superior e autêntica fizeram com que as guerras se mesclassem com a história do sujeito timorense. Servindo como um trampolim para australianos, japoneses e portugueses, em meio a guerras e disputas de poder, a ilha passou a ser um ponto de fuga, de sombras e de silêncios atenuados em um estágio histórico perverso. A ilha tem sua história para contar; passou pela revolta de Manufahí, pela Segunda Guerra Mundial, pela ditadura e pelo agenciamento do caos pelas forças do poder administrativo. Essa história serviu de pano de fundo para um ilustre morador, ou nativo, ou, então, sujeito que nasceu entre fronteiras, em uma terra híbrida, marcada pelas travessias colocadas em curso. É “nesse sentido que a fronteira se torna o lugar a partir do qual algo começa a se fazer presente em um movimento não dissimilar ao da articulação ambulante, ambivalente” (BHABHA, 2003, p. 24). De um ponto excepcional, como alguém que vive fora do lugar, vivendo na diáspora, tendo deixado Timor para conduzir seus estudos em Lisboa, Luís Cardoso, ao lançar *Réquiem para o Navegador Solitário*, esculpe, nas linhas embebecidas de seu livro, as fronteiras dialógicas da história de sua terra. A ilha do Timor ressurge na obra de Cardoso por meio de uma mistura sutil entre o discurso ficcional e histórico no qual ele mesmo se constituiu.

Em *Réquiem para o Navegador Solitário*, lançado em 2007, como em um hiato no tempo, a história do Timor entrelaça-se às muitas travessias feitas pelos sujeitos que ali

figuram, os quais usam dos seus silêncios e de suas memórias para compor uma narrativa recente, de angústia e ruptura social. É em meio a esse contexto que entram em cena as travessias da personagem Catarina em seu exílio.

### **Bons olhos a vejam – flores para Catarina**

O monte Manumera! A escalada do mais alto monte pode se revelar um tanto quanto árdua quando o peso carregado nas costas é o de uma alma em conflito. A subida íngreme e sinuosa é acalentada pela expectativa da chegada. O desconhecido serve como impulso, afinal, “nem tudo o que se pode ver está descoberto. A névoa e a sombra ainda pairam sobre as pedras que enfeitam o cabeço das montanhas” (CARDOSO, 2013, p. 15). O monte Manumera, na ilha do príncipe encantado, fez de Catarina uma aprendiz do tempo. Foi no monte, na obscura fuga de si, que ela contrariou um destino que já lhe tinha sido imposto. A subida ao monte tornou clara a sua visão sobre a vida e o que a ilha, tão bagunçada e colocada em seu caminho de forma clandestina, representava. Catarina, resiliente em suas memórias, apresenta o seu mundo por uma perspectiva icônica, já que sua condição diaspórica não permitia, ainda, a construção de um referencial espaço-temporal na ilha desconhecida.

Em *Réquiem para o Navegador Solitário*, é por meio das memórias da personagem Catarina que o campo imagético se envereda, que o real e o imaginário se misturam à ideia de uma veracidade líquida e transcendente, em cujo contexto história, ficção e tempo se irradiam; é o fazer do escritor fronteirizado que encontra na representação da dor de uma menina, o diluir da fronteira de sua própria significação.

Menina inocente, instigada pela literatura e admiradora incondicional de Alain Gerbault, Catarina acredita na chegada de seu príncipe encantado. Criada sob os preceitos de uma família que preza pelo sucesso e prosperidade do lar, Catarina sofre a imposição da dura realidade do deslocamento. Em suas palavras:

Todas sonhamos que os nossos príncipes encantados vêm de muito longe. Foi esse o enredo que os meus pais, comerciantes de Batávia, me fizeram acreditar e com o que teceram minha vida. O fato de me prepararem para fazer alguém feliz arrepiava-me, dado que a felicidade é uma procura constante, como quando alguém me diz que nada é definitivo (CARDOSO, 2013, p. 16).

A jovem provém de uma família que traz em seu cerne a existência fronteiriça, haja vista que o pai, chinês, amante dos negócios, “para baralhar o enredo optou por ser cristão quando casou” (CARDOSO, 2013, p. 18). A mãe, por sua vez, seguindo os vetores que compreendem a materialidade histórica, traz em sua progênie a desconstrução identitária colocada em curso pela colonização. Cabe destacar que a narrativa perpassa as facetas

periféricas instituídas pela colonização, atendo-se ao período em que Salazar imperava em Portugal: primeiro, com a expansão marítima, em seguida, pela ditadura salazarista e o contexto da Segunda Guerra Mundial. A ilha sempre esteve, pois, à deriva na história, assim como, por longo tempo, Catarina também.

A jovem é inicialmente confrontada com Alberto Sacramento Monteiro, capitão do porto de Díli<sup>3</sup> e fazendeiro de café, que coloca em curso um negócio com os pais da moça. O homem, de postura elegante e de poucas palavras, sela a empreitada, elogiando a “gata de jade”, e entregando-lhe um estimado felino. Após esse ato e firmada a parceria, Alberto Sacramento esvanece. A essa altura, como forma de selar a sociedade entre os pais e o estranho capitão, a jovem sonhadora é colocada na jogada, de forma velada. De acordo com o narrador, há um “costume tailandês de oferecer aos noivos no dia do casamento, um gato Korat, cujo nome significa ‘Boa Sorte’. Apressou-se a justificar o seu gesto como sendo uma formalidade, na medida em que se ia realizar naquela casa um casamento entre duas firmas” (CARDOSO, 2013, p. 21).

A clandestinidade do casamento anunciado envolvendo a empresa-mulher dissolve a eloquência do próprio ato de existir, o que representa bem o estar em terra estranha. A entrega de um gato, como uma alegoria concreta dessa união, embora simbólica, dentro dos parâmetros da cultura, se mostrará seladora de um destino cruel, de violação e de ocupação do ser. A vida de Catarina, a partir daquele momento, transforma-se em um redemoinho.

As suas paixões, vontades e opiniões são obscurecidas e ignoradas, assim como sua inocência. De forma sutil, quase inocente, ela é silenciada, o que coloca em curso uma demorada e dolorosa travessia. A partir daí, toda uma questão identitária passa a ser considerada. De família cristã, que se pauta na “boa” conduta e nos “bons” costumes, Catarina foi criada seguindo valores e crenças de uma educação europeia. A referência à Europa apresenta, pois, o curso da história discutido na narrativa, de forma que os preceitos europeus são considerados superiores, quase como idolatrias a serem seguidas. O oriental, representado pela família de Catarina, encolhe-se diante daquilo que o poderio discursivo europeu, performado na obra de Cardoso por meio do personagem Alberto Sacramento, representa (ou fez representar). A visão de si mesma traz a personagem Catarina ao centro da discussão acerca dos aspectos socioculturais que envolvem o Oriente, simbolizando um réquiem às avessas.

Assumindo essa dicotomia já estabelecida entre o “nós” e o “eles”, “como um retrato

---

<sup>3</sup> Capital de Timor-Leste, situada na costa norte.

ideológico” (SAID, 2013, p. 399), a história de vida de Catarina começa a ser (re)significada já naquele momento. Isso, destaca-se, não se dá por opção, mas por uma demagogia ilícita que representa a sistemática da ocupação, em que se observa uma identidade forjada, corrompida pela contradição. Para Eni Orlandi (1997, p. 55), a identidade

[...] que exige coerência, unicidade, heterogeneidade disciplinada – produzida por nossa relação à linguagem, nos torna visíveis e intercambiáveis, como sujeitos. Ao contrário, por sua relação com o silêncio, o homem se remete à continuidade, à contradição, à diferença, às rupturas, ao absoluto e à indistinção.

A noção de sujeito suspenso, em que a fluidez da história se mescla à passagem do tempo, mostra-se com força à medida que Catarina vai trazendo à tona as suas memórias, as quais habitam o campo da significação e a confortam minimamente na terra outra de seu deslocamento. É em suas memórias, aliás, que, seguindo a ideia de sujeito em ruptura colocada por Orlandi (1997), se percebe o silenciamento. A partir do primeiro encontro com o capitão do porto, o silêncio já se faz presente na vida de Catarina, uma vez que ela é emudecida diante dos olhares insistentes que lhe são lançados e começa a se deparar com rupturas que a perseguirão durante toda a sua trajetória de desamparo longe de sua família e de seus afetos. Na narrativa de Cardoso, circunscrita em um triângulo imagético - Catarina, o mar e a Ilha - acompanha-se a transição identitária de Catarina, por meio das contradições com as quais a personagem se depara. Em conformidade com a própria situação criada pelo pai, Catarina é lançada ao mar para ir ao encontro da ilha do Timor. O espaço-passado, nesse contexto, é involuntariamente exposto de forma irrisória.

Ao receber um gato do capitão do porto, “como sendo uma formalidade, na medida em que se ia realizar naquela casa um casamento entre duas firmas” (CARDOSO, 2013, p. 21), Catarina viu-se noiva de um sujeito estranho que nunca mais a procurou. A dualidade desse casamento escancara, ainda mais, o silenciamento incutido à jovem Catarina. Nos processos colonizadores colocados em curso por Portugal, destaca-se que a objetificação dos sujeitos foi uma das práticas mais cruéis já perpetradas. A ideia de que o “outro”, o “descoberto”, é inferior foi disseminada pelas potências europeias mundo afora. Aos olhos do próprio pai, a personagem é, também, no firmar da aliança, um objeto decorativo, tal qual a peça de jade que ele, orgulhosamente, empunhava. O pai, aliás, como já ficou evidente, era um homem de negócios, os quais, naquele momento, mais lhe interessavam, de modo que Catarina é objetificada e silenciada em meio à empreitada duvidosa.

De início, aquela parceria parecia funcionar, embora nenhuma notícia sobre a real situação tivesse chegado. Com o passar do tempo, as operações na fazenda Sacramento

começaram a andar à marcha lenta; o capitão havia sumido e as plantações de café foram afetadas de forma a comprometer a sociedade feita. A jovem, sem que tivesse escolha, foi, então, enviada à cidade de Díli, na remota ilha do Timor, para apurar a situação da fazenda e verificar se o acordo feito entre o pai e o capitão do porto estava de fato selado. Foi, assim, que

[...] o velho chinês, na ausência de notícias do parceiro, resolveu fazer-lhe uma surpresa. Em segredo foi preparando minha viagem para Díli. Quis certificar-se do verdadeiro estado da calamidade. Ver para crer foi sempre seu lema. Nada melhor que os bonitos olhos da filha. Depositou em mim uma confiança absoluta como se esta fosse a prova da minha vida (CARDOSO, 2013, p. 24).

Desse modo, antes da “apresentação oficial como noiva de Alberto Sacramento” (CARDOSO, 2013, p. 22), Catarina vai para Díli na esperança de resolver os problemas da família, vislumbrando, também, o encontro com o seu príncipe prometido. A chegada a essa terra desconhecida não se assemelhava em nada com o que ela antes havia vislumbrado. Catarina não dispunha de informações sobre o novo espaço a ser habitado. Ela foi irradiada por sentimentos aventureiros – e encantados – que, de forma furtiva, a levaram a certo devaneio temporal e a uma diáspora íntima antes, propriamente, de sua partida. Tal um rastro no tempo, Catarina lançou-se ao mar em busca do desconhecido, como forma de satisfazer os desejos resolutivos das angústias paternas. Com a alma em conflito, prostrou-se em sua real travessia, cruzando o horizonte e o mar, tal qual uma utopia, que, por mais que se busque, nunca se alcança, e aportou em Díli,

uma terra cheia de pântanos e de crocodilos, infestada de mosquitos e de malária, para onde os portugueses destacavam os seus funcionários caídos em desgraça, com a incumbência de tomarem conta de outros conterrâneos, ainda mais desgraçados, para lá enviados em degredo após terem sido considerados desordeiros públicos (CARDOSO, 2013, p. 19).

Como mais uma em meio a tantos deixados por aquelas bandas, em território hostil e que trazia, historicamente, o espectro exilatório da crudelização dos atores sociais que por ali haviam aportado, a personagem compreendeu, naquele momento, que a viagem colocada em curso por uma vontade não sua perpassava o campo da razão. Deparou-se, então, com a brutalidade do desencontro: a fazenda estava praticamente abandonada e o esperado noivo não estava lá. Cercada de incertezas e servindo como depósito de gatos, a realidade, criada sob o escopo de uma tessitura palpável, mas fantasiosa, cai-lhe com o amargor da perda.

Como uma gata de Jade lançada ao vento, já nas primeiras impressões, Catarina depara-se com o cruel destino que a esperava. Nascida e criada na Batávia<sup>4</sup>, a jovem

---

<sup>4</sup> Atual Jacarta, capital das Índias Orientais.

sonhadora chegara cheia de expectativas ao porto de Díli, na remota ilha do Timor. Contudo, a vida da menina ganhava, ali, novos rumos e de si jamais se descolaria a aura do exílio.

### **Solitária travessia – nada acontece de novo pelas bandas do mar**

A bordo de um cargueiro, o navegador solitário desvenda o mundo. Por meio da correnteza, sem rumo certo, vai sendo envolvido pela imensidão das ondas. A travessia é certa. O destino, contudo, vai sendo traçado. O mar impõe o ritmo e, em silêncio, o solitário navegador vislumbra o horizonte. Alcançá-lo não é o objetivo maior. Transcendê-lo, talvez. Mas, no final das contas, é a travessia, e só ela, que importa.

O constante navegar fez-se presente, desde muito cedo, na vida dos moradores da pequena cidade de Díli. Catarina foi se apercebendo disso a cada novo rosto que via, a cada olhar desconfiado que recebia. Antes mesmo de colocar o pé na ilha, a moça já era esperada, comentada, como se a sua alma já tivesse sido ocupada:

Cheguei à cidade de Díli a bordo de um cargueiro holandês, num entardecer explosivo, numa mistura de cores entre o amarelo e o vermelho, que me parecia anunciar uma catástrofe bíblica. O chefe da alfândega deu pela minha chegada mesmo antes de ter lhe perguntado pela sede da firma Seda Pura e Prosperidade. Ouvi uns murmúrios sobre a minha beleza ou qualidades de grande sedutor do capitão porto (CARDOSO, 2013, p. 25).

A chegada não foi glamorosa, muito menos teve o conforto de uma recepção. Olhares furtivos e especulações baratas prosperaram o caminho de Catarina até a sua, enfim, chegada à suposta sede da firma Seda Pura e Prosperidade. O desapontamento de chegar ao destino e deparar-se com um casamento distópico “sem vestido de noiva de seda pura e branca, grinalda e damas de companhia” (CARDOSO, 2013, p. 28) adentra o espaço do simbólico, uma vez que, embora a varanda lhe pareça bela, a casa não tinha sentido de existência. Tal qual a casa, estava Catarina, em recusa de “existir”. Ao largo da narrativa de Cardoso, o leitor adentra os aspectos miméticos da narrativa, na qual a personagem se transveste de sentido para compor a reescrita de sua vida. É na casa, na chegada à ilha, que Catarina deixa o seu “existir” para trás. É nesse momento que os seus conflitos – ainda adolescentes – misturam-se com os da própria ilha. As duas – ilha/mulher – perdem sua liberdade de ser: são ocupadas!

Para Carmen Lucia Tindó Secco (2009, p. 52),

Quando alguém sofre um abalo profundo, perde um parente ou a liberdade, há, em geral, um descentramento, um “estar à margem”, situação geradora, no âmago do ser abalado, de profundas indagações existenciais ou de outras ordens. De acordo com a teoria dos afetos, a liberdade é análoga aos desejos humanos. A perda dela quase sempre desencadeia a manifestação de afetos que vão levar o sujeito que os sente a repensar a sociedade e a vida.

O descentramento faz com que o indivíduo não se reconheça como pertencente a determinado grupo ou espaço. No caso de Catarina, como se verá mais adiante, ela não se encaixava mais em seu antigo lugar, que passou a ser (re)dizente. É, nesse sentido, por meio do descentrar-se que o sujeito se (re)constrói, empecido pelo abalo identitário. Nessa lógica, para se compreender a travessia de Catarina, faz-se necessário referir um conceito-chave: o lugar fronteiro ocupado pela personagem. Isso se deve tanto pelo choque cultural colocado em curso, com a saída de Batávia e a chegada à ilha, como pela ocupação de um não lugar, habitado de sentido, mas, também, de silêncio-sentido, por usar a nova situação vivida como uma chance de se reconstruir; silêncio, por se deslocar no tempo e no espaço sem amparo e com a consciência de estar só. Consoante Bhabha (2003, p. 27),

o trabalho fronteiro da cultura exige um encontro com “o novo” que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria uma ideia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado refigurando-o como um “entre-lugar” contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O “passado-presente” torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver.

Com seu aportar à ilha, o passado de Catarina ficou para trás, compilando o espaço-passado à zona do “não-dito”, corroborando a fronteira do silêncio e esquecimento (POLLAK, 1989). Nessa ordem, a liberdade da personagem foi perdida, de forma sinuosa e velada: primeiro, com uma jogada clandestina que a colocou como moeda de troca; depois, pela travessia dilatada por águas turvas que a levaram a uma ilha que não lhe trazia perspectivas. Porém a sua situação fronteira, o embate ideológico e o confronto com a ilha incutiram na personagem a necessidade de fazer viver, e o passado não era mais opção; mas a dura realidade à sua frente, sim. Dessa forma, por meio de memórias, silêncios e lembranças, o carrossel de Catarina manteve-se a girar.

Consoante Bhabha (2003, p. 24), “é nesse sentido que a fronteira se torna o lugar a partir do qual algo começa a se fazer presente em um movimento não dissimilar ao da articulação ambulante, ambivalente”; com essa direção, podemos afirmar que o espaço-presente passou a ser habitado por Catarina, seguindo a premissa do exílio, marca registrada da ilha. A representação do lócus enunciativo da personagem - como moradora da ilha Timor-Leste - configura o vetor de partida para as percepções antagônicas dispostas na narrativa de Cardoso. A obra traz à tona não somente a história do Timor em si, mas, fundamentalmente, a “coexistência” naquele espaço. Como visto, no processo de ocupação posto em curso pelos portugueses, a ilha, por ser um local de paragem, acabou por se tornar

um pêndulo de sujeitos em suspenso, dando-lhes uma espécie de condição íntima de semi-presença e semi-ausência.

As movimentações de entendimento no exílio do sujeito deslocado envolvem questões importantes, contudo duas são as mais significativas: a ocupação de uma margem, que o levará à flutuação imagética, gerando a capacidade de resistir; e, a outra, a diáspora íntima de um ser cindido desde sua partida, que gestará o entristecimento permanente. Said afirma que

O problema é que, para a maioria dos exilados, a dificuldade reside, não só no facto de serem forçados a viver longe de casa, mas antes, e tendo em conta o mundo de hoje, em viver com inúmeras evocações de que estão no exílio, de que as suas casas não estão, na realidade, tão distantes, e de que o tráfego habitual do dia-a-dia da vida contemporânea os mantêm em contacto permanente, embora tantalizante e vazio, com o local antigo. Assim sendo, o exilado existe num estado intermédio, nem completamente integrado no novo lugar, nem liberto do antigo, rodeado de semi-envolvimentos e semi-distanciamentos, nostálgico e sentimentalista, por um lado, imitador competente ou proscrito em segredo, por outro (SAID, 2000, p. 52).

Por ser afastado, geograficamente, da metrópole portuguesa, o espaço dessa suspensão do sujeito tornou-se significativamente rígido. Ali foram passando indivíduos, por vontade ou por obrigação, que foram sendo deixados, esquecidos, mesclando uma assembleia paramentada por injúrias e distopias com a rigidez do exílio. Catarina aportou “numa ilha que mais parecia um navio ancorado no fim do mundo, onde nada havia para fazer e tudo estava por fazer, doce encanto dos territórios do além-mar” (CARDOSO, 2013, p. 43). Presa como uma âncora, as longas tertúlias no Hotel Salazar possibilitaram a Catarina adentrar, de fato, na vida dos moradores da ilha timorense. Foi já na sua chegada, após a sua calamitosa visita ao “escritório” da empresa do noivo, que a menina foi desvendar os mistérios que rondavam a sua imaginação. O hotel Salazar, então, passou a fazer parte da rotina da personagem. Ali, por meio de conversas com o gerente e outros ilustres moradores, Catarina ficava a par das notícias que circulavam pela cidade.

Junto dessa figuração de personagens, entra-se, também, em contato com processos históricos recorrentes na obra de Luiz Cardoso. Inicialmente, destaca-se o nome do principal hotel ali existente - Hotel Salazar -, fazendo referência ao ditador português que comandou a pior e mais cruel fase da colonização. Além de Sir Lawrence, “um próspero comerciante, natural de Bengala, estabelecido em Timor há vários anos, com negócios de madeiras preciosas e uma farmácia, que também exercia as funções de dentista” (CARDOSO, 2013, p. 30) e Rodolfo Marques da Costa, “natural de Algarve, de uma pequena cidade chamada Silves” (CARDOSO, 2013, p. 36), três outras personagens engendram a relativização do espaço-ser de Catarina: Indian Jones, José António Lavadinho e Malisera.

Indian Jones - também conhecido como Busa Metan - é o capacho do capitão do porto, aquele que persegue Catarina por ordens de Alberto Sacromonte. A autoridade portuguesa, na figura de um ordenado de Salazar, é representada por José António Lavadinho, que representa a personificação homogênea da colonização. Como de praxe, não podendo fiscalizar por conta própria os espaços dominados, o governo Salazarista impunha a tarefa a homens como Lavadinho - assediadores e intoleráveis - para inspecionar os negócios e a “civilidade” dos sujeitos que habitam a ilha. Por fim, o misterioso administrador, morador de Manumera, uma das figuras representativas do que se pode chamar de raiz timorense, embora o “elemento nativo [seja] pouco [...] representado, a não ser por Malisera, líder de um grupo organizado de resistência escondido no monte Manumera” (PERROT; CONTE; KUNZ, 2018, p. 287).

O hotel, portanto, serve de refúgio para que a personagem compile a ambivalência que habita a ilha-mulher. É no hotel, ainda, que Catarina se apercebe das máculas dialéticas que conferem à ilha o *locus* fantasmagórico e fronteiro.

Em meio à babel relativizada, ocorre o (re)encontro com Alberto, o noivo e capitão daquele porto. Embora existisse certa ironia em muitas das suas reflexões sobre a situação na qual ela, Catarina, se encontrava, a inocência projetada sobre um príncipe ainda estava circunscrita no âmago de sua existência: “Reparei novamente no brilho dos olhos que me seduziram desde o primeiro dia. Tinha um ar de príncipe árabe, com pele morena, os olhos verdes úmidos, o cabelo escuro e forte, o bigode retorcido” (CARDOSO, 2013, p. 45). Assim, ela alucinava, debruçada a uma sedução às avessas, a uma alegoria do não-dito. A boa impressão causada aos pais pelo simpático capitão travestido de príncipe e a cultura de boa moça casamenteira colocaram em conflito, de forma involuntária, a identidade da jovem. O local de fala da personagem até o reencontro com o seu noivo é de alguém que vive em uma identidade estática e forjada; não eram as suas vontades que importavam, a sua felicidade era almejada, lançada ao mar para quem sabe um dia ser alcançada.

Parei junto da ponte-cais para dar uma vista de olhos ao horizonte, com a ilha de Ataúro pairando lá longe. Também vultos de outras ilhas mais pequenas formando uma cadeia que alguém disse ser de fogo na altura das queimadas. Uma encantou-me especialmente pelo fato de ter como nome Lira. Assaltou-me o desejo de algum dia me retirar para esse lugar, depois de ter satisfeito a vontade dos meus pais fazendo um príncipe feliz (CARDOSO, 2013, p. 29).

O horizonte aqui remete a um sentido utópico de existência. Os vultos de outras ilhas figuram o sorrateiro gatilho para o devaneio de libertação. Estando à deriva em um rastro temporal imagético, Catarina habita o entre-lugar de dualidades cingidas dentro do espaço-ser; o ser mulher, oriental e jovem, habitando uma morada introspectiva, ou seja,

Ser-Catarina no espaço Ilha. A utopia aqui, portanto, é transmutada para além-mar, haja vista que a alegoria do não-dito, mencionada anteriormente, representa a não verbalização – o espaço não verbal que figura nas margens do silêncio. Isso não significa que não haja o que ser falado, mas “a linguagem só pode lidar, de modo significativo, com um segmento especial e restrito de realidade. O resto, e é provável que seja a parte maior, é silêncio” (STEINER, 1988, p. 40).

Dessa forma, na narrativa de Luís Cardoso, os não-ditos representam essa realidade a que não cabe ser expressa por palavras, em que o silêncio, a “mudez” falam por si só. A administração portuguesa, tal qual impetrou na África, provocou esse silenciamento do sujeito histórico timorense. Na transcendência, a “linguagem simplesmente cessa, e o movimento do espírito não produz nenhuma manifestação exterior de sua existência” (STEINER, 1988, p. 66). É justamente essa não manifestação que rompe com a fronteira do suportável e adentra, de forma visceral, o corpo e a mente de Catarina; sua linguagem cessa, seu espírito jovial e inocente rompe e é violado por aquele que deveria protegê-lo: o noivo.

Tal como a colonização violou o território, a cultura e as identidades dos espaços ocupados, Alberto Sacramento Monteiro bruscamente ocupou Catarina. A sua gata de Jade estava ali à sua frente para satisfazer seus desejos mais insanos. A carruagem do até então príncipe, conduzida por Indian Jones, levou os dois - Catarina e Alberto - do hotel Salazar direto para a moradia oficial. Sem ao menos conseguir entender os motivos certos, Catarina foi arrastada até o quarto pelo capitão do porto, que usou da sua força física em excesso. Para a jovem, aquilo ainda fazia parte da concretização do casamento, em que o noivo, como de praxe, carrega a noiva até o “altar”. O que aconteceu depois, contudo, foi bem diferente:

Quando me colocou na cama, tirou-me a roupa com tal brusquidão que perdi momentaneamente a respiração. Depois atirou-se para cima de mim como um lobo-marinho. E, num ritmo frenético e ofegante penetrou nas minhas entranhas até dar o seu grito final, um berro, um uivo, um latido, e desfazendo-se em gotas de suor que empastavam na minha pele (CARDOSO, 2013, p. 48).

E foi assim que, sorrateiramente, o conto de fadas de Catarina transformou-se em pó. A jovem, entorpecida pelo ato esquizofrênico de ocupação despida de vida e de roupas, busca reconectar os estilhaços de sua alma perdida, deixada à deriva por um lobo em pele de cordeiro, um sujeito que exercia o poder de domínio sobre o corpo à deriva de território, deslocado em seu imaginário. A metáfora que reluz da narrativa de Cardoso remonta às muitas ocupações colocadas em curso pelas tropas portuguesas. Alberto Sacramento, nesse contexto, representa a própria figura do colonizador, uma vez que ele invade, ocupa e destrói o espaço-ser de Catarina, assim como o sujeito histórico foi marginalizado pelos processos

colonizadores, colocado a encorpar o lugar de minorias políticas e obrigado a ocupar as fronteiras periféricas do entre-lugar. Ademais, o Timor-Leste representado em *Réquiem para o Navegador Solitário* está envolto em um discurso sobre as minorias e seus processos históricos, ou seja, os sujeitos que habitam o Timor encontram-se em conflito entre a realidade e o imaginário social, uma vez que o *locus* da diferença tensionado pelos processos de ocupação gerou o confronto entre as barreiras culturais ali existentes. Homi Bhabha (2003, p. 21) assevera, nesse sentido, que

[...] a articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica. [...] Os embates da fronteira acerca da diferença cultural têm tanta possibilidade de serem consensuais quanto conflituosos; podem confundir nossas definições de tradição e modernidade, realinhar as fronteiras habituais entre o público e o privado, o alto e o baixo, assim como desafiar expectativas normativas de desenvolvimento e progresso.

O confronto com uma nova realidade, dessa forma, faz questionar a própria condição de sujeito dentro do processo histórico, faz surgir um sistema cultural híbrido, em que, mesmo com situações de conflito e de dor, algo novo passa a ser criado com base no espaço passado. O embate fronteiriço trazido à tona por Luís Cardoso, em sua narrativa, faz pensar sobre a visão ocidental lançada ao Oriente. Como já mencionado, uma das grandes discussões levantadas por Edward Said é justamente a de como o Ocidente se lançou a explorar e redefinir o Oriente. Para Said (2013, p. 32),

[...] as ideias, as culturas e as histórias não podem ser seriamente compreendidas ou estudadas sem que sua força ou, mais precisamente, suas configurações de poder também sejam estudadas. Seria incorreto acreditar que o Oriente foi criado - ou, como digo, "orientalizado" - e acreditar que tais coisas acontecem simplesmente como uma necessidade da imaginação. A relação entre o Ocidente e o Oriente é uma relação de poder, de dominação, de graus variáveis de uma hegemonia complexa.

A ideia do "nós", forte e dono da verdade, representada pelo Ocidente, assim como do "eles", referindo-se ao Oriente e a toda a sua misticidade como cultura inferior, faz refletir sobre os binarismos impostos pela colonização. Em *Réquiem para o Navegador Solitário*, esses binarismos estão representados, mas são (re)significados. A ilha contrasta com as tantas guerras que por ali passaram, enquanto Catarina, frágil, é confrontada com um perverso capitão do porto, ou seja, a verdadeira representação do que a colonização significou: ocupação da terra, dizimação do sujeito. Contudo, o elo entre Catarina e a ilha é, sem dúvida, o mar, que banha as encostas e engendra a desfronteira do exílio.

Rompendo a muralha da dor e tensionada por sua condição periférica, a jovem lança-se ao mar. Em um hiato simbólico, em que a paragem do tempo se projeta sobre a ilha, a personagem corre em busca de alento. A sua inocência havia sido perdida e o mar,

certamente, seria a sua purificação e lhe tiraria vida nova. A travessia de Catarina, misturada às travessias vivenciadas pela própria ilha, era (re)significada pelo mar. Nesse contexto, as ondas, que traziam capitães do porto, barcos à vela, guerras e tormentos, representavam, também, salvação de uma terra inóspita que violenta a intimidade do exilado, conforme demonstram as palavras de Catarina:

[...] corri em direção ao mar, e ouvi vozes de uma multidão a gritar, delirante com um espetáculo inédito. Uma jovem mulher a correr para o mar em pleno dia, e sem nada. [...] lancei-me contra as vagas para me salvar. Na altura não me ocorreu pensar sequer nas consequências do meu ato. Era o mar que me esperava de braços abertos (CARDOSO, 2013, p. 49).

Após o ocorrido, e sendo “purificada” pelas águas que cercavam a ilha, Catarina foi “salva” por Indian Jones e acordou no hospital. À sua frente, o agressor, segurando flores vermelhas. Por um breve momento, ela cogitou o arrependimento do noivo-agressor, contudo, aos poucos, durante a visita recebida, ela foi se apercebendo de que as flores vermelhas eram, na verdade, a representação do seu próprio sangue. Por conta disso, ela pondera que o capitão

destruiu a última réstia de esperança que porventura pudesse acalentar acerca do seu caráter. pelo contrário, criou em mim uma vontade de vingança. Comecei a desenhar os mais terríveis cenários. Nunca se sabe até que ponto podemos gerar maldade dentro de nós, quando a humilhação nos retira a lucidez (CARDOSO, 2013, p. 51).

A humilhação sofrida, a violência e toda a sua angústia colocaram em curso uma jornada conflituosa na busca de si. As rosas foram aceitas, como forma de educação, afinal, “que outra coisa podia se esperar de uma menina chinesa?” (CARDOSO, 2013, p. 54). E toda empreitada iniciada em Batávia, o primeiro encontro com o príncipe e o casamento fictício colocaram em curso a dolorosa travessia da personagem, fizeram-na refém de suas assombrações. O capitão não seria mais responsável por aquele porto; estava de saída!

Trata-se de uma saída cingida pela mácula “descolonizadora”, situando o espaço narrativo de Cardoso na ossatura do próprio discurso histórico. Mas, antes, sem perder a sua essência tirana, jogou uma vez mais, no regaço de Catarina, a culpa e a obrigação de permanecer naquela terra, cumprindo, a rigor, o trato feito, tal qual um barco ancorado e esquecido no mar. Novamente, tem-se o simbolismo retratado na obra de Cardoso, isto é, assim como os portugueses não “quiseram” mais estar no Timor, Alberto Sacramento Monteiro também ocupou Catarina e seu corpo em exílio - e a ilha - e, como dono de si e da razão, retirou-se, não se importando com todo o estrago causado. Na realidade, a ideia de ocupação não se atém aos estragos causados, pois existe a imposição do forte, representado pelo português (Ocidental), sobre o fraco, sendo este sua imagem reversa, o Oriental. De

acordo com Said (2013, p. 94), “Uma linha é traçada entre dois continentes. A Europa é poderosa e articulada; a Ásia é derrotada e distante. [...] É a Europa que articula o Ocidente”.

Catarina aceitou a “condição de refém de um negócio” (CARDOSO, 2013, p. 55) e, partindo de um ponto cego, sem perspectivas e nem misericórdia, pôs-se a refletir sobre o tempo, suas memórias e, principalmente, sobre o que fora desfeito. A busca por suas certezas foi sendo tecida pela utópica espera do “solitário viajante dos mares” (CARDOSO, 2013, p. 57). Estar com sua existência em conflito prostrou Catarina a desprender-se de uma univocidade latente, que a deixou sob o jugo da espera, figurada pelos sujeitos históricos que foram abandonados na remota ilha do Timor, após anos de ocupação e dizimação da existência humana. Trata-se, pois, de espera incessante, para que outras travessias se cruzassem com a ilha, levassem a dor e deixassem unicamente a leveza do ser. Era por isso que Catarina esperava o mar; o mar lhe causava, a essa altura, alento.

### **Nunca devias ter vindo – os conflitos de Catarina**

O sentido primitivo da existência humana amparou-se, por muito tempo, no ato de sobreviver; em terras como Timor-Leste, existir como sujeito, durante a administração colonial, teve, sem dúvida, essa conotação. Os deslocamentos colocados em curso foram muitos - identitários, culturais, sociais e históricos – e, ao se analisar a narrativa *Réquiem para o Navegador Solitário*, são eles visivelmente identificáveis no percurso solitário traçado por Catarina. A narrativa enseja, ainda, os sussurros tensionados pelo que restou, simbolicamente, da Ilha do Timor. Luís Cardoso, por meio da literatura, invoca os desdobramentos marcados pela violência, os quais, inevitavelmente, se projetaram no tempo histórico daquela nação.

A violência silenciosa, fomentada por um sistema de exclusão dos sujeitos em desamparo exílico, transcende as fronteiras do existir. Por meio da ocupação, as guerras testemunhadas pelos sujeitos históricos, habitantes de Timor, engendraram um fenômeno que passou a criar e favorecer certos “condicionalismos que ultrapassam o tempo de sua duração” (CHAVES, 2011, p. 40). Além disso, pelo fato de haver tamanha barbárie com a relativização dos indivíduos, o silenciamento imposto pelos processos “civilizatórios” retoma a “incomunicabilidade que, de muitas maneiras, surge como um problema nos espaços em que a experiência do colonialismo ainda define tanta coisa” (CHAVES, 2011, p. 40). É, pois, nesses espaços do incomunicável que Catarina se vê lançada, trilhando uma história cheia de bifurcações, tal qual o marinheiro que envereda caminhos em um labirinto mercantil.

Com a partida do não-noivo e ex-capitão do porto de Díli, a personagem reconfigura a sua estadia na ilha. A situação de estar à deriva e desamparada, atrelada à revolta do

abandono, reconfigurou o manto rubro que a envolvia: ela aceitou a casa e esperou pelo tempo, enquanto o seu navegador não chegava, foi vivendo e se (re)descobrimdo. Nesse contexto, memória e silêncios passaram a figurar nos entre-espacos habitados por Catarina - não que já não estivessem presentes em sua trajetória, como já se pode observar em passagens anteriores, porém, com a esquiua viagem do capitão Alberto Sacramento Monteiro, a narrativa projeta-se para uma metalinguagem arbitrária, em que discursos homogeneizantes se sobrepõem.

Mulher, jovem e estrangeira, Catarina carrega consigo os precedentes do exótico, atribuídos ao Oriental e difundidos no imaginário nacional. Ademais, no curso da história, as mulheres orientais “são em geral criaturas de uma fantasia masculina de poder, manifestam uma sexualidade ilimitada, são mais ou menos estúpidas e, acima de tudo, insaciáveis”. (CARDOSO, 2013, p. 282). Catarina, em consonância com Said (2013), era vista em Díli como atrevida e profana; conhecida como a noiva do capitão do porto, cuja alcunha, por conta da sua dolorosa jornada de (re)significação, já não lhe importava mais.

Os paradoxos da travessia de Catarina passam a ser notoriamente apresentados ao passo que o tempo segue seu fluxo. Perdida nesse tempo, chega, à ilha e à vida de Catarina, Madalena, carregando consigo Esmeralda, sua filha, e um gato, Alberto, o Abissínio. Mulheres e gatos passam, a partir daí, a se conectar diante das destrezas que a vida lhes impôs. Madalena tinha sido a mulher de Alberto Sacramento Monteiro, o mesmo capitão do porto de Díli, que, tempos antes, se apresentara à família de Catarina e omitira o fato de ser casado e ter filhos. “Na altura da sua visita ninguém quis saber se seria casado, se teria mulher e filhos” (CARDOSO, 2013, p. 63). Desse modo, depois de um momento de desabafo, Catarina e Madalena projetam uma aliança; unem suas forças para sobreviver, dois corpos vulneráveis em desamparo que intuem proteção mútua formando um corpo insular. Embora estivessem juntas, a caminhada era solitária. Nesse ponto da narrativa, é interessante destacar que as histórias das duas se mesclam. Ambas, abandonadas por seu capitão, detentoras de filhos e gatos, lançam as suas inquietações ao mar. A então busca pelo navegador-príncipe impõe às duas personagens a derradeira angústia da espera.

Sem poder se lançar ao mar para, enfim, seguir um destino diferente do de cuidar de gatos, Catarina lançou-se em uma passiva empreitada: recuperar a fazenda Sacromonte, que havia sido incendiada. Desse modo, Catarina vai em busca de Rodolfo Marques de Costa, a quem considerava um amigo, para encontrar informações sobre Malisera, com quem considerava fazer negócios. Entre idas e tropeços, histórias e explicações, a jovem ficou cara a

cara com quem procurava. Após longas conversas, pelas quais a mulher pode conhecer mais a fundo o seu futuro parceiro de negócios, o acordo foi selado. Em meio à insurgente parceria, tendo a empreitada surtido efeito - novas plantações de café foram concretizadas -, as encruzilhadas de Catarina não se findaram. Outro capitão do porto aparece, outro gato também. Mostrando-se, inicialmente, gentil, Geraldo Pinto Pereira, o novo capitão,

[...] recebera como indicação do seu antecessor ser tutor do meu filho, zelar pelo seu bem-estar e também cuidar de mim, dado que eu não tinha condições nem meios financeiros para me sustentar e manter o nível de vida a que estava habituada. Ensaiaava o primeiro andamento para arranjar uma concubina (CARDOSO, 2013, p. 99).

E é assim que Catarina, tirada de casa por promessas vazias, passa a viver em um constante vir a ser. O silêncio faz-se presente na narrativa em diferentes nuances, seja imposto pelo pai, que não dá escolhas à filha e trata-a como um objeto de troca, seja pelo noivo, que usa da violência sexual para impor sua autoridade e desenhar as fronteiras de sua territorialidade, ou, ainda, pelo rapto do filho, arrancado dos seus braços por um desconhecido. O fato é que a vida de Catarina vai sendo moldada de acordo com os silêncios do deslocamento que a ela são impostos; a vida no exílio fez com que a sua caminhada fosse marcada tanto pela violência do corpo como da alma, uma vez que ela se perde em meio ao entre-lugar e não consegue encontrar sentido.

Além disso, o mar sempre lhe pareceu o refúgio para as suas inquietações, mas, ao mesmo tempo, tornava-se sinônimo de tormenta. O noivo nunca mais apareceu, mas outros capitães do porto sim, juntamente com gatos, que eram deixados a Catarina como forma de consolo.

Os gatos, símbolo de sorte para os chineses, representam para Catarina o elo entre o passado, que ela foi obrigada a deixar, e o futuro, que se mostra dolorosamente solitário. Tendo virado depósito de gatos, assim como os próprios gatos, ela também foi abandonada ao acaso. A personagem reflete sobre sua condição na Ilha e desabafa: “decidi aceitar a minha condição de refém de um negócio. Fiquei, a saber, que a menina, a quem Alberto Sacramento Monteiro colocara um gato no regaço, fazia parte do caderno de encargos da parceria” (CARDOSO, 2013, p. 55).

A narrativa de Luís Cardoso transforma-se em um conto de fadas às avessas, em que a jovem sonhadora, que espera pelo seu navegador solitário, vê-se diante dessas incompletudes da vida e é forçada a seguir o seu caminho, misturando a sua própria identidade, que já estava em confronto, com suas memórias em conflito. As dores de um passado, colocado em esquecimento, ainda assombram as memórias da personagem. Embora tenha aceitado a sua

nova vida (re)coberta por conflitos e gatos. A identidade corrompida da personagem mistura-se à saga de dezenas de pessoas que, vivendo em certo exílio, compõem o cenário do país, abandonado e tomado por uma profunda melancolia. Os conflitos de Catarina misturam-se, pois, aos da própria ilha. De acordo com Perrot, Conte e Kunz (2018, p. 288),

A protagonista, a gata de jade, com seu corpo violado, e a quem acorriam tantos homens, trazendo-lhe uma infinidade de gatos, é a imagem desse Timor, ao qual acorreram tantos de tantas nacionalidades e que violaram a cultura, as línguas e a população. Uma nação cuja história ainda carece de ser reconstruída, uma cultura que ainda carece de ser valorizada e colocada em discurso. Tarefa difícil, a julgar-se pela dicção fugidia deste romance de Luís Cardoso.

Distintos viajantes, carregando soberania e arrogância, aportaram no Timor com vistas à exploração. As guerras também aportaram por lá. No contexto da narrativa de Luís Cardoso, é a Segunda Guerra Mundial que projeta o espaço história-ficção. Contudo, foram capitães do porto, juntamente com seus gatos, que aportaram em Catarina, usaram-na como refúgio para as suas vaidades e interesses, explorando e violando o corpo-território desamparado. Como depósito de injúrias e deslocamentos, Catarina viu-se em meio aos conflitos que marcaram a constituição identitária da ilha. Catarina, aliás, é a personificação desses conflitos, em que mulher e ilha se misturam e figuram na ossatura circunstancial do tempo.

### **À guisa de conclusão**

O tempo, como já mencionado, transcende a existência do plano habitável, estendendo-se para além do domínio das ideias. Na obra de Cardoso (2013), o tempo é relativizado através das memórias de Catarina; o espaço-tempo em que a personagem vive sua jornada icônica não se restringe apenas ao plano terrestre. Através da espera, a jovem sonhadora abandona as palavras para se entregar à reminiscência, único alívio da dor do deslocamento. Suas experiências, conflitos, dores e amores transcendem em Catarina a reflexão sobre as marcas deixadas pelo tempo, já tão distante.

Envolvida em suas memórias, a personagem vive no silêncio do discurso intangível sobre si mesma, uma condição política natural para um sujeito deslocado, migrante ou exilado. A melancolia, claramente visível no rosto de Catarina, era, sem dúvida, sua dor íntima por não poder abandonar aquela terra onde se estranhava e não era reconhecida como sujeito de direitos e deveres. Ela estava ancorada, incapaz de partir e de deixar seu filho, incapaz de abandonar tudo o que a ilha havia passado a significar sob a influência do vento da espera. Seus negócios na ilha também estavam em ruínas. A parceria com Malisera havia se desfeito. Seu sócio, perseguido pelos portugueses, havia desaparecido. Além disso, a fazenda que costumava produzir café havia sido alvo de interesse dos japoneses em busca de

plantações de algodão, mas também foi abandonada. Catarina não está autorizada pelo imaginário exilatório a produzir riqueza, à sua condição de deslocamento só se permite o vetor de sofrimento e dor; de desprezo e alienação; de semi-presença e semi-ausência.

A narrativa de Luís Cardoso instiga a reflexão sobre os valores humanos que foram desmantelados ao longo dos anos de colonização e que foram arrancados de cada indivíduo que passou, por sorte ou força, pelas terras do Timor. A personagem Catarina personifica a violação da própria ilha e representa a dor do sujeito exilado, manifestada em seu próprio corpo. Ela personifica as lutas enfrentadas por muitos indivíduos que nunca foram devidamente reconhecidos. A história de Catarina faz questionar o imaginário e os discursos rígidos de sentido que foram incorporados como verdades ao longo dos anos, em uma espécie de orientalização do Outro, que traz a fragilidade do ser exotópico, e o deixa vulnerável a todos os tipos de abusos.

Os silêncios da personagem refletem as inúmeras histórias não contadas dos habitantes do Timor. Luís Cardoso traz à tona todas essas histórias comuns entrelaçadas com a história de uma nação que foi aprisionada e ocupada, mas que nunca recebeu a atenção devida. É essencial resgatar essa "oficialidade", observar com atenção os detalhes significativos que compõem a narrativa timorense e seu passado como refúgio para desamparados políticos. E, assim, a jornada de Catarina chega a seu fim. Enquanto relembra seu processo de reconstrução, ela refletia sobre sua própria jornada como uma ilha-mulher. Essa mesma reconstrução, também, entende-se vetorizada ao Timor-Leste, uma nação que foi ocupada, violentada e socialmente desestruturada por guerras que ali ocorreram. Catarina, como resultado polifônico desses encontros, assume o papel de muitos outros sujeitos exilados, diaspóricos e migrantes que, como ela, se aventuraram pelo mar em busca de uma "existência". Os silêncios de Catarina, que também foram projetados sobre a ilha, serviram, ao fim e ao cabo, como uma ponte para suportar a condição de desamparo e apreciar o sol amarelo e muito iluminado nas sem-fronteiras do mar de seu não-lugar.

## Referências

- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- CARDOSO, Luís. *Réquiem para o Navegador Solitário*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2013.
- CHAVES, Rita. Representação do Espaço e Deslocamento das Utopias. In: PADILHA, Laura Cavalcante; SILVA, Renata Flavia. (Org.). *De Guerras e Violências: palavras, corpo, imagem*. Niterói: Editora da UFF, 2011. p. 37-50.
- MINEIRO, Imara Bemfica; CONTE, Daniel. Caminhos não subalternizantes. In: CONTE, Daniel; MINEIRO, Imara Bemfica; POSTAL, Ricardo (Orgs.). *Ainda Orientalismo*. Porto Alegre: CirKula, 2022. p. 179-202.

- ORLANDI, Eni Puccinelli. *As Formas do Silêncio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- PERROT, Andrea Czernobay; CONTE, Daniel; KUNZ, Marinês. Literatura, história e Catarina: a narrativa do deslocamento em Réquiem para o navegador solitário, de Luís Cardoso. *Língua e Literatura*, [S.l.], v. 20, n. 36, p. 277-291, 2018. Disponível em: <https://revistas.fw.uri.br/index.php/revistalinguaeliteratura/article/view/3061/2750>. Acesso em: 01 jun. 2023.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: [https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf). Acesso em: 01 jun. 2023.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2018.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia. das Letras, 2013.
- SAID, Edward W. *Representações do intelectual: As Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.
- SECCO, Carmen Lúcia Tindó. Na curva Oblonga do Tempo, uma Alegórica Parábola... *In: \_\_\_\_*. CHAVES, Rita; MACÊDO, Tânia (Orgs.). *Portanto, Pepetela*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009. p. 167-182.
- STEINER, Georg. *Linguagem e Silêncio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

**Recebido em:** 04/10/2023; **Aceito em:** 10/12/2023